

## É HORA DE RECONSTRUIR O PT!



## 11 DE NOVEMBRO, CUT CONVOCA GREVE: “NENHUM DIREITO A MENOS”

### Juventude

Lutar pela retirada da  
contrarreforma do ensino  
médio  
pág. 2

### Partido

Urge tirar as lições  
da derrota  
pág. 4

### Lava Jato

Aprofunda a perseguição  
ao PT  
pág. 9

### Estado Espanhol

A crise do PSOE  
pág. 11

# Uma bomba contra o ensino público

MP 746, e corte de gastos, é política de terra arrasada para a Educação

A Medida Provisória (MP) 746, da contrarreforma do ensino médio, combinada à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que estabelece o teto de gastos públicos, é uma bomba contra o ensino público. Uma mobilização contra essas medidas começa em vários estados. Já chegou a 197 o número de escolas públicas e de Institutos Federais ocupados pelos estudantes em todo o país. Também têm ocorrido vários atos, assembleias e paralisações. O Jornal O Trabalho conversou com representantes dos dois setores mais diretamente atingidos: estudantes e professores. João Santana é vice-presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas de São Paulo. E Heleno Araújo, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco – estado do ministro golpista da Educação, tido como “exemplo” na defesa da contrarreforma do ensino médio.

“Mobilização urgente pela retirada da MP”

**O Trabalho - Quais os principais problemas da MP 746? O governo afirma que a “flexibilidade” das disciplinas é de interesse dos estudantes, você concorda?**

**João Santana** - A MP é um ataque brutal a educação, em especial a educação pública. E a dita flexibilidade é uma grande armadilha. Significa dizer que os alunos das escolas públicas não vão ter acesso ao conjunto do conhecimento acumulado pela humanidade, no nível que o ensino médio deveria garantir. Estão dizendo que aluno de escola pública não pode querer aprender tudo; vai ter sorte se puder aprender uma parte do que pode hoje. Na minha opinião corremos o risco de ter a mesma ameaça que tínhamos na época da reorganização de Alckmin, que é os alunos terem de mudar de escolas. Afinal, é possível que em muitas escolas não vai ter as disciplinas escolhidas pelo aluno.

Além disso, a MP aumentará a carga horária de 800 h/aula para 1400 h/aula. Isso vai praticamente excluir os cursos noturnos, que são majoritariamente frequentados pela juventude traba-

lhadora, que trabalha durante o dia e estuda durante a noite. Ela vai excluir esse perfil de aluno das escolas. Essa MP também tira a obrigatoriedade das disciplinas de artes e educação física no currículo escolar deixando que cada estado opte pela adoção das disciplinas. A molecada tem direito de praticar esporte, seja futebol ou xadrez e, infelizmente, hoje é na escola um dos poucos lugares que temos acesso a isso.

**OT - Trabalho: Qual deve ser o caminho do Movimento Estudantil para lutar contra esse ataque?**

**JS** - Acho que a melhor forma de derrotar essa MP é levar a discussão para base, discutir com cada estudante e mostrar o perigo da medida. Os colegas do Paraná que estão ocupando escolas mostram que vai ter muita resistência. A MP não tem nada que se aproveite, ela vai destruir a educação por completo. Por isso acho que tem que ser rejeitada por completo. A UBES repudiou a MP, mas quer “participar e opinar sobre nova escola e reforma do ensino médio”, o que sugere dialogar e negociar futuras emendas. Mesmo para quem defende esse diálogo, o fato é que até para que os estudantes possam discutir, como primeiro passo é necessário impor a retirada. O que tem a ser negociado em uma medida que é 100% contra a escola? O que temos defendido na UPES, e estamos buscando organizar junto com os estudantes, é fazer assembleias nas escolas para discutir a mobilização urgente pela retirada da MP. É preciso ter muita organização, pois com o Alexandre de Moraes, advogado do PCC e velho conhecido dos estudantes paulistas no Ministério da Justiça, temos tido cada vez mais repressão contra a juventude.

“Propaganda enganosa”

**Jornal O Trabalho: A experiência de Pernambuco é usada da defesa da MP 746. Qual sua opinião?**

**Heleno Araújo** - Ter Pernambuco como referência é uma clara demonstração que a MP 746 foi publicada para deformar o ensino médio. Com uma política de focalização para atender as empresas privadas que tenham interesse em ter um laboratório educacional na rede pública para selecionar mão de obra, vender a falsa imagem que estão promovendo contrapartida social e ao mesmo tempo contribuir com lobby do setor privado contra a Escola pública, a fim de privatizá-las através das Organizações Sociais (OSs), já bastante utilizadas na área da saúde. Estes são os objetivos des-



João Santana

ta MP. Aliás é conhecida a relação do ministro Mendonça com o setor privado que sempre o acompanhou nas campanhas eleitorais. Ao ser eleito vice-governador levou esta prática e relação para o setor público, principalmente pelas mãos do Marcos Magalhães, na época Presidente da Philips Brasil e hoje presidente de instituto privado voltado para Educação, passando a vender a fraude que montaram em Pernambuco para todo o País

Dizer que estão promovendo uma reforma no ensino médio e com redução de disciplinas e escolha pelo sistema de ensino de itinerários pedagógicos, é tudo falácia. Estão enganando a população brasileira, ajudados pelas propagandas enganosas do Estado de Pernambuco.

**OT - Quais foram as consequências no estado?**

**HA** - Das 1.009 escolas da rede estadual, só 300 estão no programa e dentre estas apenas 125 tem horário integral todos os dias da semana. Fica evidente que é uma política para poucos e não resolve a situação de 17,8% dos jovens que estão fora do ensino médio no estado.

A MP vai consolidar o que aqui já é prática, a contratação sem concurso público e pelo notório saber, ação que o SINTEPE conseguiu barrar na justiça.

Mendonça de Barros levou os privatistas para o MEC e os nomeou para o Conselho Nacional de Educação. Vai ser preciso muita discussão, organização e mobilização para barrar estas medidas terríveis para Educação.

## Corte no FIES atinge milhões de estudantes

Instituições privadas ameaçam impedir que os inadimplentes estudem

O governo golpista de Temer cortou verbas do Programa de Financiamento Estudantil (FIES), atingindo por volta de 2 milhões de estudantes no país. Sem receber desde julho desse ano, as instituições privadas ameaçam fechar as catracas para impedir que alunos inadimplentes estudem, o que é claramente um ataque aos direitos. Milhões de alunos dependem exclusivamente do Programa para concluir ensino superior. Além das ameaças de “fechar as catracas”, os “tubarões” do ensino privado ameaçam cobrar dos próprios alunos as mensalidades atrasadas!

O Projeto de Lei 8/2016 que autoriza crédito ao Fies está empantanado no famigerado Congresso, que sob ordens do governo, se desdobra para

aprovar mais ataques, como a PEC 241 que limita verbas para educação e saúde.

Estudantes em alguns estados, como Bahia e São Paulo, já se manifestaram nas ruas contra esse corte e exigem que governo restabeleça verbas para se matricular. O temor é terem que abandonar os estudos devido ao não pagamento do FIES pelo governo.

Mais do que nunca é necessária mobilização para garantir direito de estudar, e a UNE tem uma responsabilidade central nessa questão! É preciso organizar a luta nacional que exija nenhum corte nos FIES, nenhuma matrícula a menos e nenhum estudante sem estudar!



Heleno Araújo

# O desafio de reconstruir o PT

Na esteira da derrota eleitoral histórica do PT (ver pág. 4), o governo e as instituições golpistas, Judiciário e Congresso, avançam contra a nação, o povo e o partido.

Na Lava Jato, se indicia Lula prescindindo de provas, os promotores e juízes de Curitiba comemoraram a decisão do Supremo Tribunal Federal de validar a prisão após julgamento em segunda instância que vai "aumentar as delações premiadas".

Temer faz o Congresso Nacional apertar o passo do butim contra a nação e os direitos trabalhistas. Sob o comando de Rodrigo Maia, a Câmara começa a aprovar os projetos que saqueiam o Estado e abrem para às multinacionais petrolíferas a riqueza do Pré Sal. O Fundo Monetário Internacional aplaude seus office boys.

São dias difíceis, dias de luta.

Entre os milhões que se abstiveram, votaram nulo ou branco, estão muitos daqueles que se desencantaram com o PT, sob o fogo do Judiciário e da mídia, é verdade, mas alimentados pela frustração com a política do partido no governo. Foram 13 anos em que, apesar de certas conquistas, predominou o discurso de agradar a gregos e troianos, frustrando a expectativa de que o PT faria as reformas populares de fundo, bloqueadas pelas instituições herdadas (as

mesmas que agora organizaram o golpe).

A bordada final foi o ajuste fiscal do segundo mandato de Dilma, que terminou de empurrar milhões a abandonarem o voto no PT.

Uma situação irreversível? Não! Mas, para revertê-la só há um caminho. É preciso reatar com os compromissos históricos do partido nascido para representar os trabalhadores. Mais do que nunca, eles precisam de sua ferramenta, de seu próprio partido para se defender.

## REATAR COM OS COMPROMISSOS ORIGINAIS DO PARTIDO

Reatar com os compromissos e não repetir os erros, como na recente eleição da presidência da Câmara. A bancada do PT agora é atropelada por Rodrigo Maia, para garantir a aprovação das PECs do golpe, mas metade dela votou nele para a presidência da Câmara há apenas 3 meses!

Agora mesmo, a Comissão Executiva Nacional do PT recuou na orientação para o 2º turno das eleições municipais da posição de "nenhum voto em golpista" e delegou aos Diretórios Municipais a decisão. E, Brasil afora, petistas estão sendo enredados com candidatos golpistas do

PSDB, PMDB, DEM e PPS!

Mas se a direção perplexa, recusa tirar as urgentes lições da derrota, uma reação começa por baixo e entre quadros e dirigentes.

O Diálogo Itinerante que começa (v. pág. 5), com base nos 17 pontos Pela Reconstrução do PT - compromissos com os quais o partido deveria reatar -, integra petistas de várias origens e contribui decisivamente com a resistência no PT, ponto de partida para sua reconstrução. Resistência que ressoa e reforça a luta dos trabalhadores, como a proposta da CUT e outras centrais fazerem de 11 de novembro um dia de greve nacional por Nenhum Direito a Menos.

Os petistas reunidos no Diálogo Itinerante em Recife (PE) disseram que "o Congresso do PT, além de eleger um novo Diretório Nacional, deve adotar uma orientação política para o próximo período, dando conta de questões urgentes como o apoio à Greve Geral, o Fora Temer, as Diretas Já e a convocação de uma Constituinte para fazer a Reforma Política".

Da nossa parte, nos engajamos agora nesta batalha, junto com centenas de sindicalistas, militantes de movimentos, quadros e parlamentares nas reuniões dos Grupos de base do Diálogo e Ação Petista em varias cidades do país, para realizar esta agenda, onde se destacam as atividades do Diálogo Itinerante.



**ASSINE O JORNAL O TRABALHO**

**Faça sua assinatura e contribua com um jornal que está junto com a classe trabalhadora por NENHUM DIREITO A MENOS!**

ASSINE PELA PÁGINA NA INTERNET OU COM UM COLABORADOR DO JORNAL  
<http://otrabalho.org.br/category/produtos/>

## Memória

### NA BOLÍVIA, GREVE GERAL DERRUBA O GENERAL

O general Vildoso, atual ditador da Bolívia, anunciou que "passará o poder aos civis" no próximo dia 10 de outubro. A queda de Vildoso é uma consequência direta do movimento revolucionário das massas bolivianas, que declararam uma greve geral nacional contra a ditadura militar. Procurando conter a explosão revolucionária das massas, a ditadura boliviana acenou com a proposta de convocação do Congresso (...) dissolvido em julho por um golpe militar. (...) É preciso que o povo, apoiado nas organizações dos trabalhadores, em particular na Central Operária Boliviana (COB), quebre a resistência dos generais e desmantele o aparato repressivo, (...) garantindo a convocação de uma Constituinte (...).

O Trabalho nº 171 - 1/10/1982



### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Arte: Mariana Waechter

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](https://www.facebook.com/jornalotrabalho)

# Urge tirar as conclusões da derrota

## Elementos para uma avaliação do 1º turno

“Humilhação nacional do PT em eleições municipais”. Essa é a avaliação de um porta-voz do mercado, o jornal inglês “Financial Times”, que acentua a oportunidade para “reformas fiscais cruciais”, mas, ao mesmo tempo, se preocupa porque a “fragmentação do voto torna a eleição presidencial ainda mais imprevisível”.

De fato, o PT é o maior derrotado com a redução de 10 milhões de votos (de 17,2 milhões para 6,8 milhões) e 60% de prefeituras em relação a 2012. Mas o maior vitorioso não é ninguém, senão a soma da abstenção, do voto em branco e do voto nulo, que beira 30%, quase 40 milhões (dados do site R7). Nas 92 cidades com mais de 200 mil habitantes, é de um terço do eleitorado (foi 27,2% em 2012), a ponto de em 10 capitais estaduais ficar em primeiro lugar!

Na verdade, a “vitória” da abstenção mais brancos e nulos retoma elementos de junho de 2013 e aprofunda o perigoso fosso entre o povo e as instituições de representação. O que realça a necessidade da reforma política que só uma Constituinte Soberana pode fazer.

Não é certo dizer que o Brasil foi para a direita. Não, quando os bancários completam um mês numa dura greve nacional e quando a CUT, saindo de um dia de “esquenta”, segue na preparação da greve geral por Nenhum Direito a Menos.

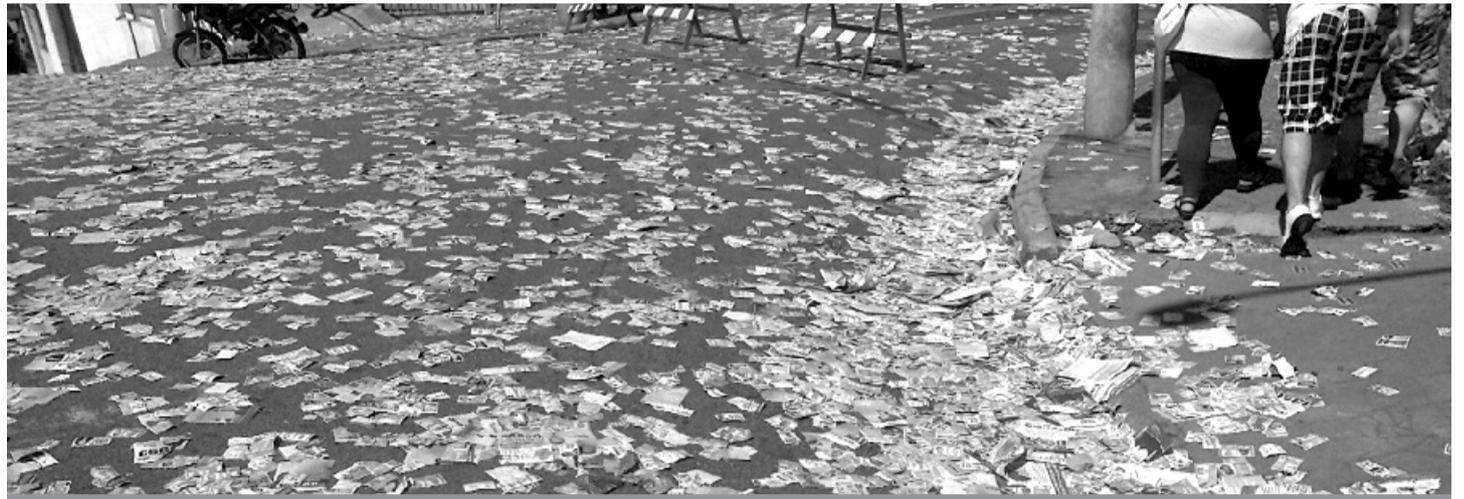
Afinal, o PSDB cresceu, mas de 14 milhões para 17,6 milhões de votos (dados do site G1), com a legislação de encomenda para doação de candidatos-milionários. O DEM parceiro foi de 4,6 milhões para 4,9 milhões. Mas o PMDB, alçado à presidência, caiu de 17 milhões para 14,9 milhões. Todos eles juntos, o eixo do golpe, não cresceram muito; e o golpista Temer teve que ir votar escondido!

Também não houve ascensão do PSOL como “herdeiro” do PT, pois caiu de 2,4 milhões para 2,1 milhões, enquanto o PCdoB caiu de 1,9 milhão para 1,8 milhão.

### A hora é grave!

O exame cuidadoso dos resultados, todavia, não permite subestimar a derrota eleitoral histórica do PT. Não foi surpresa, depois do impeachment, na esteira da perseguição ao PT e a Lula. Mas cair de 644 prefeituras em 2012 para 256 em 2016 é a maior derrota da vida do PT, que não mudará nas importantes disputas de 2º turno em Recife, Juiz de Fora, Santo André e outras cidades.

Porque o recuo se encadeia com o aumento regular da abstenção-nulo-



Abstenção, brancos e nulos foram o destaque das eleições

-branco nas últimas eleições, enquanto o PT caía nos grandes centros e no “cinturão vermelho” em São Paulo. Já no 2º turno de 2014, o PT perdeu aí – onde está a sua base histórica, antecipando o cenário atual, em que concentra (57,4%) prefeituras de cidades de menos de 10 mil habitantes, ou na cidade de São Paulo, onde tem o melhor resultado no bairro de Pinheiros, e não em regiões populares.

Sejamos claros: há a perseguição da Lava Jato, que vem do “mensalão”, há 10 anos, mas há também a frustração profunda da base social do PT, que vem de longe. Porque, apesar de certas conquistas, a desigualdade continua e as reformas populares de fundo, que não precisamos enumerar aqui, não foram feitas. Prevaleceu a adaptação às instituições herdadas. Sobrou “conciliação” com o inimigo.

O governo do PT, como se sabe, depois do 2º turno de 2014, retribuiu com Levy, primeiro, e Barbosa, depois, com as medidas de ajuste fiscal. Como se não bastasse manter o traíra Temer vice-presidente, em nome da malfadada aliança nacional com o PMDB. Deu no que deu!

### Agora é hora de Reconstrução do PT!

Apesar de tudo, as condições existem. A base social ainda não trocou de partido; a relação pode ser reatada. E, como o grande capital internacional não deixa outra saída, senão a luta contra as medidas impopulares anunciadas, é nesta quadra à frente, e não às nossas costas, que se jogará o futuro do PT. Se, e somente, se ligar totalmente a esse movimento.

O que começa agora, já, orientando claramente para o 2º turno municipal: voto no PT e nos candidatos passíveis de apoio pela resolução do DN, isto é, Nenhum Voto em Golpista!

É o que defendemos com os companheiros do Diálogo e Ação Petista, e estaremos levando à discussão nos atos e debates do Diálogo Itinerante que começam agora.

### Renúncia da Direção

Nossas opiniões são conhecidas, sempre as apresentamos ao debate no PT. Mas agora trata-se de algo mais. Trata-se de tirar algumas conclusões com urgência.

Num partido de representação, responsável, com expressão institucional, em qualquer país uma derrota eleitoral como esta daria lugar à renúncia da direção. Não de pessoas, da direção.

É um sinal para a base, da disposição de mudar; uma satisfação aos quadros e militantes que batalharam; e necessário para evitar a precipitação e a insensatez.

Não se trata apenas de discutir quando será o Congresso “plenipotenciário” e se elegerá direção, com delegados eleitos em encontros de base, e não mais no falido PED - como defendemos - mas de criar condições para uma direção com

autoridade política e disposição, conduzir o processo congressional.

A Comissão Executiva Nacional deve entregar os cargos ao Diretório Nacional que a elegeu, para que uma Executiva Provisória com os melhores quadros por ele designados encaminhe o Congresso convocado, para constituir um novo DN e uma nova orientação.

É nossa responsabilidade coletiva para com as companheiras e companheiros que construíram esse partido, que vivem para o partido e não do partido!

Com todos os problemas, eles lutaram com o PT e contra o golpe e chegamos até aqui. Os dirigentes é que precisam, ainda mais, ter a coragem de oferecer-lhes a esperança de darmos, juntos, a volta por cima.

4 de outubro de 2016

Markus Sokol, membro do DN-PT

## Perguntas e respostas

Em primeira discussão (05/10), a Executiva Nacional não foi sensível à conclusão acima e adotou por maioria (e 3 abstenções), um balanço sem conclusão clara, que não empolgou ninguém na base, onde há sede de debate:

### 1 - A derrota do PT não vem da conjuntura da América Latina?

Por certo, para os trabalhadores, a situação continental e mundial é defensiva, mas isso não justifica os erros cometidos, inclusive subestimar a crise (“marolinha” etc.), como se pudesse evitar enfrentar o imperialismo.

### 2 - A abstenção, branco e nulo não é resultado da campanha anti-política?

Isso existe, mas apoiado na frustração da base social do PT que tanto esperou reformas reais. Também na Europa o eleitorado operário e popular

tem se absterido de partidos socialistas e comunistas, não “endireitou”, como dizem alguns.

### 3 - O recuo eleitoral do PT não é produto da perseguição da mídia?

Há dez anos cresce a campanha de destruição do PT, puxada pelo Judiciário e a mídia, em conluio com o grande patronato. Mas o PT não se defendeu, aliás, até há pouco, dirigentes elogiavam a Lava-Jato.

### 4 - A questão é trocar os dirigentes ou ver qual política propor agora?

As duas coisas. Os dirigentes não podem fugir da responsabilidade. E é preciso nova orientação política. Um congresso poderia até confirmar os dirigentes, por maioria. Mas repetir congresso eleito no PED, é uma farsa para não mudar de política nem de direção!

# AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



## DIÁLOGO ITINERANTE

### Em pauta pontos pela Reconstrução do PT

**D**uas atividades do Diálogo Itinerante, uma em Recife e outra em Brasília, atraíram petistas de várias origens, dispostos a se engajar na Reconstrução do PT. Essas duas atividades também adotaram, além dos pontos destacados para a discussão (ver edição anterior) moções pedindo que a Executiva Nacional do PT renuncie na próxima reunião do Diretório Nacional, dia 10 de novembro, dando lugar a uma executiva de transição que prepare o congresso do partido previsto para o início de 2017.

Reunindo quase 200 companheiros, os dois atos foram marcados por um amplo debate sobre a conjuntura, as razões da derrota eleitoral do PT e as saídas para a crise.

Nos dois atos, houve consenso de que o momento é muito grave, que o PT sofreu uma derrota histórica nas eleições municipais, seguindo-se ao golpe contra o mandato popular atribuído à presidente Dilma Rousseff; que os ataques aos trabalhadores e seus direitos vão se aprofundar e que é necessário que o PT adote uma outra política: fora Temer, nenhum direito a menos, diretas já e Constituinte para uma profunda reforma política, abrindo as portas para as demais reformas de que o país necessita. Chega de conciliação, chega de adaptação a essas instituições apodrecidas.

#### EM RECIFE

Cerca de 100 militantes participaram em Recife do Diálogo Itinerante pela Reconstrução do PT, no dia 7 de outubro. Além da capital, os participantes vieram de municípios da região metropolitana (Olinda, Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e Cabo de Santo Agostinho), além de Parnamirim e Serra Talhada, no interior de Pernambuco.



Diálogo itinerante em Recife: apelo para que a CEN-PT coloque os cargos à disposição

A mesa do Ato foi dirigida por Jacqueline Albuquerque, servidora do TRT, e composta por Luiz Eduardo Greenhalgh (Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista), Fernando Ferro (Avante Socialismo Século 21), Edmilson Menezes (Corrente O Trabalho) e Zé de Oliveira (O Quilombo Petista). Entre os presentes havia vários dirigentes sindicais e do PT, além de candidatos nas últimas eleições municipais em Recife, Olinda e Jaboatão.

Após um rico debate com mais de uma dezena de falas do plenário, resposta e considerações finais pelos integrantes da mesa, foi lida em nome dos seus componentes uma Declaração, integrando os “Pontos de Reconstrução”, com um apelo à Executiva Nacional do PT para que “coloque seus cargos à disposição do Diretório Nacional na sua próxima reunião, para que permita uma recomposição da direção através da formação de uma Executiva de Transição que encaminhe o 6º Congresso do PT, convocado para o 1º semestre de 2017”. O Congresso, além de eleger um novo Diretório Nacional, deve adotar uma orientação política para o próximo período, dando conta de questões urgentes

como o apoio à Greve Geral, o Fora Temer, as Diretas Já e a convocação de uma Constituinte para fazer a Reforma Política.

Além dessa declaração, foi encaminhada a proposta de engajamento no 2º turno das eleições em Recife, na campanha de João

Paulo, através de um Comitê do Diálogo Itinerante. Ficou também decidido que após o 2º turno, serão realizados novos Atos do Diálogo Itinerante, em outras cidades de Pernambuco.

#### EM BRASÍLIA

Cerca de 60 militantes estavam presentes no ato de Brasília, cuja mesa foi composta por Sérgio Ronaldo (secretário-geral do Condsef e membro do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista); Roberto Miguel (secretário sindical do PT/DF e integrante da direção nacional da CUT e da corrente Articulação Unidade da Luta); e Markus Sokol (da Direção Nacional do PT e Comitê Nacional do DAP).

O ato teve a presença de outros quadros importantes, como Jacy Afonso, ex-membro da direção nacional da CUT, além de jovens da CNB e dirigentes sindicais, como Rosilene (Sinpro).

A mesa do ato propôs que se adotasse uma declaração pedindo que a Executiva

Nacional entregasse os cargos ao DN, declaração semelhante à adotada na atividade em Recife. Jacy Afonso lembrou que a Articulação Unidade na Luta, corrente da qual faz parte e que integra a CNB, defendeu a destituição da direção do PT-DF após a derrota do Agnelo em 2014. Ele reconheceu a atividade do DAP e seu papel na luta contra a AP 470 e na defesa de José Dirceu, Genoíno, João Paulo e Delúbio, assim como na luta pela Constituinte.

Na Declaração, além do apelo à renúncia da Executiva Nacional, afirma-se a decisão de “prosseguir juntos no Diálogo Itinerante na luta pela Reconstrução do PT, em torno dos seguintes pontos que integramos e submetemos ao livre debate junto à militância do PT” (seguem os 17 pontos aprovados no lançamento nacional do manifesto Pela Reconstrução do PT).

#### FORTALECER O DAP, PELA RECONSTRUÇÃO DO PT

Num momento muito grave para nosso partido, tem enorme importância o fortalecimento do Diálogo e Ação Petista. E isso passa pela sua sustentação financeira. O DAP tem como norma pedir a contribuição de cada integrante do valor correspondente a um cafezinho (R\$ 5,00), tal como era no PT.

Contribuir financeiramente para o DAP é ajudar na luta pela reconstrução do PT.

## UMA CAMPANHA COM A CARA DO PT

**C**om uma campanha que pôs sempre em primeiro plano a defesa do PT, o ‘Fora Temer’ e a luta por nenhum direito a menos, o companheiro Beto Cupolillo, do Diálogo e Ação Petista, reelegeu-se vereador de Juiz de Fora (MG), com uma votação histórica: 6.003 votos, o segundo vereador mais votado do PT em todo o estado (o primeiro foi em Belo Horizonte, com eleitorado três vezes maior).

Betão credita o resultado à combatividade de sua campanha: “Nossa campanha foi a do vermelho e da estrela do PT. Estivemos em todos os atos Fora Temer e chamamos à luta em defesa dos direitos dos trabalhadores”.



Betão, reeleito vereador de Juiz de Fora

A luta continua, agora para eleger no segundo turno a companheira Margarida Salomão (PT) prefeita de Juiz de Fora.



Debate do Diálogo Itinerante em Brasília

# Bancários resistem com 31 dias de greve

**Categoria encerra o movimento, horas não trabalhadas não serão repostas**

É certo que a greve nacional dos bancários não alcançou suas reivindicações, apesar dos 31 dias de paralisação. O acordo com duração de dois anos, aceito pelas assembleias em todo o país, está abaixo da inflação, como, aliás, ficaram 56% dos acordos firmados neste ano por distintas categorias (dados do Dieese).

Do ponto de vista dos números, ao término do prazo do acordo, haverá uma perda salarial diante da inflação de 0,62%, pois o aumento real de 1% em 2017 não compensará a perda de 2016. Mas a vontade dos banqueiros, apoiada politicamente pelo governo golpista que hoje controla o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, de derrotar a greve e sinalizar ao conjunto do movimento sindical de que chegou o tempo do arrocho salarial, não se concretizou pela luta da categoria.

A conquista do abono dos mais de trinta dias de paralisação - o pagamento das horas não trabalhadas obrigaria os bancários a repô-las por cerca de 7 meses, 2 horas por dia - além de dar uma saída honrosa para a greve, combinada com o aumento de 7%



Bancários cruzaram os braços por 31 dias

para 8% do reajuste e itens a ele vinculados, impediu a desmoralização da categoria pretendida pelos banqueiros e preservou a capacidade de luta dos bancários para embates futuros que certamente virão.

## Pressões de todo o tipo

Além do endurecimento dos banqueiros de sequer oferecer um reajuste pela inflação (de 9,6% no período), ataques vieram até de seccionais da OAB que, em vários estados, pediram o fim da greve na justiça, chegando no Recife a pedir a prisão da presidente do

sindicato dos bancários de Pernambuco, num ataque inédito ao direito de greve!

A greve resistiu a todas essas pressões e só terminou por decisão da própria categoria. Entretanto, ela ficou isolada da mobilização de outras categorias em campanha salarial no período (metalúrgicos, químicos, petroleiros), e do movimento pela greve geral que a CUT encaminhava para discussão em suas bases.

Foram poucas as assembleias que - como foi feito no Recife por proposta de companheiros que animam comi-

tês de defesa do BB e da CEF - adotaram resolução de participar de uma greve que envolvesse o conjunto da classe trabalhadora contra o "saco de maldades" do governo Temer.

São lições que ficam dessa greve histórica dos bancários para os embates futuros, pois continuará a pressão dos banqueiros na forma de planos de "reestruturação" que trarão consigo a ameaça de demissões, ampliação da terceirização e da precarização das condições de trabalho dos bancários.

Não se pode descartar tampouco a ameaça de privatização do BB e CEF, dado o caráter do governo golpista, e para tanto a Contraf-CUT e o conjunto dos sindicatos devem desde já preparar a luta. O fato dos bancários terem saído dessa greve nacional de cabeça erguida, além de mostrar que a resistência é possível, dá as bases para a participação da categoria no Dia Nacional de Greve que a CUT e outras centrais convocam para 11 de novembro (ver pag. ao lado).

Juliano Godoi

## Paralisação nacional dos metalúrgicos

**Mobilização de 29 de setembro não teve impacto esperado**

Na edição anterior (JOT 795) trouxemos a cobertura do Dia nacional de paralisação e mobilizações de 22 de setembro.

Uma semana depois, convocado por sindicatos de metalúrgicos de seis centrais sindicais, ocorreu uma paralisação nacional da categoria no dia 29.

Não foram poucos os sindicalistas que se interrogaram por que tal "divisão"? É certo que a Confederação Nacional do Metalúrgicos (CNM-CUT) chamou tanto para o dia 22 - embora tenha havido pouca paralisação em sua base nesse dia - como para o 29. Mas a Conlutas, por exemplo, chegou a tentar transformar o 29 como o dia da "greve geral", provocando confusão.

A proposta de paralisação metalúrgica veio de uma reunião de 18 sindicatos, quando a CUT já havia apontado o "esquema da greve geral" para o 22 de setembro. Seu resultado ficou aquém das expectativas, mesmo se foi anunciado que 600 mil paralisaram de alguma forma na data.

Nos sindicatos filiados à Força Sindical as paralisações mais importantes foram em Osasco (SP) e na zona sul da

capital paulista, mas os dirigentes não as ligaram à preparação de uma greve geral. Onde a Conlutas tem peso, São José dos Campos, houve paralisação de 24 horas na GM e atraso na entrada em outras fábricas, sem estender-se a outras categorias como pretendia sua direção.

Já na base da CNM-CUT, houve paralisações parciais, mas no ABC, com a decisão da Ford de dar licença coletiva até 3 de outubro, a paralisação foi adiada para esta data.

Resultado que deve ser atribuído à falta de coordenação das direções - tanto das centrais entre si, como delas com suas entidades metalúrgicas - e não aos trabalhadores que, quando convocados, respondem positivamente, apesar da onda de demissões que afeta não só os metalúrgicos como também outros segmentos da indústria.

Razão a mais para reforçar a mobilização para a greve nacional de 11 de novembro.

Nilton de Martins

## Manifestantes impedidos de entrar na Câmara

**Em 5 de outubro, dia de luta contra desmonte do Estado**

A CUT chamou, de última hora, um "Dia nacional de luta contra o desmonte do Estado" em 5 de outubro, com atividades nos estados e concentração de delegações, em particular de entidades do funcionalismo, em Brasília, dada a iminência da votação na Câmara do projeto de entrega do Pré-sal (ver entrevista na página 7) e da PEC 241 (ver página 8).

Pela manhã, sindicalistas começaram a se agrupar no Espaço do Servidor na Esplanada dos Ministérios e daí seguiram para o Congresso Nacional, onde se realizava audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir a PEC 241. Sindicalistas, movimentos populares e parlamentares criticaram a medida que, para o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) vai terminar com os direitos sociais conquistados pelo povo após décadas de lutas, vai paralisar o país e fará aumentar a desigualdade social e a pobreza, tão duramente combatidas nos governos Lula e Dilma Rousseff" (site da CUT).

## A casa não é do povo!

Após a audiência, trabalhadores foram às galerias do Plenário que iniciava a votação do PL 4567, que entrega o Pré-Sal às multinacionais. A segurança impediu a sua entrada e, do lado de fora, outros manifestantes também foram impedidos de entrar para acompanhar a sessão.

Centenas de militantes ocuparam uma sala de comissão na Câmara, onde ficaram isolados e impedidos até de receber água, demonstrando que o substituto de Cunha na presidência da casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), não lhe deve nada em matéria de truculência.

Ao longo do dia 5, entre 2 e 4 mil manifestantes estiveram presentes na pressão à Câmara contra a PEC 241 e a entrega do Pré-sal (que acabou concretizando-se).

Com a votação em 1º turno da PEC 241 marcada para 10 de outubro, novamente manifestantes, desta vez em menor número, foram ao Congresso manifestarem-se contra a sua aprovação.

João B. Gomes

# Todos ao Dia Nacional de Greve em 11 de novembro!

É o que convoca a CUT, após consultas com o setor transporte e outras centrais

Depois de quase quatro meses que a Executiva nacional da CUT decidiu encaminhar às suas bases a discussão sobre a greve geral como instrumento para enfrentar os ataques aos direitos trabalhistas, previdenciários e à soberania nacional do governo golpista, finalmente uma data de greve nacional está proposta: o próximo dia 11 de novembro.

Esses meses foram marcados por mobilizações por "Fora Temer", por sucessivas jornadas de luta por "Nenhum direito a menos", por pesquisas indicando apoio a Temer de apenas 14% da população, mas também pela unidade do empresariado local e multinacional no apoio a medidas duras que o governo deve aplicar para "ajustar" a economia de acordo com os seus interesses (redução do papel do Estado, incentivo às privatizações e à quebra de direitos sociais), sobre o pano de fundo de uma crise econômica que provoca demissões em massa, principalmente na indústria.

Veio se somar a esse cenário a derrota da esquerda – em particular do PT, que perdeu 10 milhões de votos – nas eleições municipais de 2 de outubro, o que impacta negativamente boa parte dos dirigentes e ativistas sindicais cutistas (ver pag. 4). A soma



de abstenções, nulos e brancos nas principais capitais, maior que a votação dos vencedores dos pleitos, se deu sobretudo nas camadas populares e trabalhadoras, as mesmas que estiveram ausentes das mobilizações do período e que agora devem ser ganhas para a luta em defesa de seus direitos ameaçados.

Situação que, de um lado, leva o governo golpista a acelerar os ataques – consumando a entrega do Pré-sal e avançando na aprovação da PEC 241, já votada em 1º turno na Câmara – para, ainda neste ano, iniciar a contrarreforma da Previdência e a flexibilização das leis trabalhistas.

De outro lado, exige da CUT que,

propondo unidade de ação com as demais centrais e contando com o apoio do movimento popular, não adie uma resposta da classe trabalhadora que demonstre sua disposição de barrar a liquidação de seus direitos e conquistas no altar do capital. Esse é o sentido que deve ser dado ao 11 de novembro.

## Superar as dificuldades

A situação não é fácil. Há companheiros que se interrogam se já "não passou da hora", outros que se queixam de que as bases "não estão preparadas", outros ainda que "não é a melhor data". Mas, a esta altura, não há mais como hesitar. É preciso

jogar todas as energias para paralisar o maior número possível de locais de trabalho em todo o país no dia 11, sob pena de entrarmos em 2017 em situação ainda mais desfavorável para barrar os ataques dos golpistas.

A responsabilidade maior é das direções da CUT em todos os níveis, dos dirigentes de ramos e dos sindicatos. Não se pode esperar por "milagres", seja da paralisação de um setor específico, ou ainda menos do engajamento de dirigentes comprometidos com o golpe, como os alinhados com o Paulinho na Força Sindical, cuja política é a de atrair outras centrais para negociar o inegociável com Temer.

Na preparação da greve nacional de 11 de novembro devem ser realizadas assembleias que deliberem por parar nesta data – são os trabalhadores que devem decidir – e plenárias de mobilização que juntem todo o apoio necessário ao seu êxito. O dia 11 deve ser referência para que nele confluem greves ligadas a reivindicações específicas ou campanhas salariais do período.

Não há tempo a perder, toda força na greve nacional de 11 de novembro!

Julio Turra

## Petroleiros enfrentam intransigência da Petrobrás

Empresa propõe reajuste zero à categoria que está em campanha salarial



Cibele Vieira

Os petroleiros enfrentam a ofensiva da nova direção golpista, comandada por Pedro Parente, contra seus direitos, além do desmonte da empresa e, ao mesmo tempo a ofensiva sobre o Pré-Sal em curso no Congresso Nacional. O Jornal O Trabalho, entrevistou a dirigente Cibele Vieira, coordenadora geral do Sindpetro SP e Secretária de Juventude da CUT-SP.

### O Trabalho - Como a campanha salarial da categoria?

**Cibele Vieira** - Na verdade desde o ano passado, destacamos duas questões: a campanha salarial e a luta contra a venda dos ativos – a privatização da Petrobrás – mas a empresa se nega a discutir o que chamamos de Pauta pelo Brasil. Na Campanha do ano passado arrancamos um grupo paritário para conjuntamente fazer um relatório sobre a situação da empresa. Foram inúmeras reuniões e produzimos propostas, mas a Petrobrás não concorda com vários pontos. E, mesmo se colocou em prática algumas de nossas sugestões o fez sem assumir que foi contribuição da categoria.

No caso da campanha salarial deste ano só vamos discutir a questão do reajuste salarial e questões sociais, pois o acordo é de dois anos. A proposta da Petrobrás é péssima, ela oferece 4,97% só no benefício, e no salário é zero. Nossa pauta pede o reajuste pelo ICV Dieese,

mais 5% de aumento real. Nova rodada de negociação está prevista para o dia 19 de outubro. Mas não há nenhuma disposição da direção da Petrobrás em negociar.

### OT - O governo acaba de aprovar o PL 4567/16 que tira a exclusividade da operação do Pré-Sal pela Petrobrás, além de acabar com a participação mínima de 30% da Petrobrás nos campos do Pré-Sal? Como a categoria reage a isto?

**CV** - A luta foi longa e conseguimos retardar a aprovação do projeto. No último período fizemos mobilizações em Brasília, no entanto foi aprovado na Câmara. Agora serão discutidas e votadas algumas emendas de deputados que, se aprovadas, poderiam "minimizar" o estrago feito. Mas é muito difícil aprovar, pois desmascararia o que querem fazer realmente, que é entregar o Pré-Sal para as multinacionais.

Entre as principais emendas estão a

que prevê, para as áreas estratégicas, manter obrigatória a exclusividade da Petrobrás etambém nos postos onde a produção poderia chegar, por exemplo, a mais de 500 milhões de barris. Outra emenda é a que trata da realização de um plebiscito junto à população para referendar ou não essa Lei que foi aprovada. Mas essa Câmara não fará isso. Caso haja alguma alteração o projeto voltará a ser apreciado no Senado.

### OT - Quais são os próximos passos em discussão na categoria?

**CV** - Nós vamos aguardar a negociação dia 19 e acompanhar a votação das emendas na Câmara, ao mesmo tempo que buscamos manter a categoria mobilizada. Depois vamos realizar um Seminário Nacional de Greve. Também estamos junto com a CUT no calendário nacional que propõe o Dia Nacional de Greve para 11 de novembro (ver acima).

# Golpistas começam a aprovar “PEC da Morte”

Teto de gastos vai significar um desmantelamento do Estado e das políticas públicas

A Câmara dos Deputados aprovou, em primeira votação, em 10 de outubro, por 366 votos a 111, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, que congela as despesas primárias federais, deixando livre porém o crescimento dos gastos com pagamento de juros. Chamada pelos manifestantes de “PEC da Morte”, ela levará à destruição em massa de serviços públicos (particularmente de hospitais e escolas) e à queda da renda da população pobre. Embora deputados do PT, PCdoB e PSOL tenham apresentado destaques, os governistas pretendem passar o rolo compressor e apressar a votação final, em segundo-turno, para encaminhá-la ao Senado.

Os golpistas esperaram passar as eleições para iniciar uma verdadeira operação de guerra. Na semana passada, a partir da urgência pedida pelo Executivo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), apresentou requerimento quebrando o prazo estipulado pelo regimento interno da Casa. Assim, à toque de caixa e com pouquíssima discussão, os deputados golpistas garantiram a aprovação da PEC na Comissão especial numa quinta-feira e marcaram para a segunda-feira seguinte a votação em plenário. Para garantir sua aprovação, Temer, além de dis-



Temer e deputados no Alvorada em lauto jantar que selou o assalto à nação em benefício da especulação

tribuir prebendas à sua base aliada, organizou no domingo um lauto jantar no Palácio da Alvorada para mais de 200 deputados.

A Câmara analisa agora os destaques apresentados ao texto pelos partidos. O primeiro deles, do PT, pretende aprovar emenda da deputada Erika Kokay (PT-DF) para incluir no texto limite ao pagamento de despesas com a dívida pública e para excluir do teto de gastos as despesas com saúde, assistência social, educação, ciência e tecnologia, segurança pública, saneamento e outras. Ou seja, desmontaria a própria PEC.

## Os Impactos da PEC

O “Novo Regime Fiscal” da PEC 241 congelará todos os gastos públicos, exceto aqueles para pagar juros aos banqueiros e especuladores. Assim, gastos correntes (manutenção da administração pública), folha de pagamento e investimentos sociais não poderão crescer acima da inflação. Para isso, a PEC quebra uma conquista básica da Constituição de 88 que obrigava impostos a serem vinculados a gastos em Saúde e Educação. Como não serão mais obrigados, o governo poderá agora destinar tais receitas a mais pagamento de juros.

## Destruição dos serviços públicos

Para se ter uma ideia, se tal medida tivesse sido adotada já em 2002, o país teria investido 47% a menos do que investiu em Educação, ou seja quase R\$ 400 bilhões. Na saúde, seriam 23% a menos – ou seja quase R\$ 300 bilhões. Isso na prática, significaria que deixaríamos de ter quase metade das escolas técnicas e universidades federais, além de boa parte dos hospitais públicos e da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para os próximos 20 anos o resultado será bem mais dramático. O congelamento se dará com base nos gastos de 2016, ano em que, devido a atual recessão, a arrecadação (e, portanto, os gastos a ela vinculados) estão num patamar já bastante rebaixado.

A PEC inviabilizará a contratação de novos servidores, e destruirá a carreira e os salários/benefícios dos mesmos. Tudo isso levará a uma enorme piora dos serviços públicos.

## Salário Mínimo

O piso de benefícios da seguridade social (previdência e benefícios assistenciais) e parte dos salários de servidores públicos, seguindo a regra

## “CONDENAÇÃO À MORTE”

Subfinanciado desde a sua criação, o SUS já tinha a sua sustentabilidade ameaçada pelas transformações que o País (bem como o resto do mundo) passa como o envelhecimento da população e a demanda por tratamentos prolongados e dispendiosos. Em todo o mundo, os gastos com Saúde pública precisam, portanto, crescer. Assim, o congelamento da PEC 241 agravará muito o problema. Para o médico e ex-ministro da Saúde de Lula, José Temporão, a PEC “é uma condenação de morte para milhares de brasileiros: estamos falando de fechamento de leitos hospitalares, de encerramento de serviços de saúde, de demissões de profissionais, de redução do acesso, de aumento da demora no atendimento” (Carta Capital, 9/10). Mais de 80% da população não tem acesso a planos privados de Saúde e, por isso, dependem totalmente da saúde pública.

de reajuste do mínimo, contribuirão para elevações das despesas em ritmo maior do que o permitido pela PEC. Portanto, tais aumentos teriam que ser acomodados por reduções em outros gastos, o que encontraria dificuldades crescentes.

Assim, o texto -- já revisado -- do “Novo Regime Fiscal” (da PEC 241) define que, se o governo extrapolar seu limite de gastos, o salário mínimo fica congelado também (só podendo ser reajustado pela inflação do ano anterior) enquanto o excesso não for corrigido.

Isso na prática destruirá o Programa de Recuperação do Salário Mínimo, conquistado pela luta dos trabalhadores e suas Centrais Sindicais durante o governo Lula. Vigente desde 2006, ele garante que o Mínimo seja reajustado a partir da inflação do ano anterior e do crescimento do PIB de dois anos antes. Tal regra permitiu que o Mínimo crescesse 70% acima da inflação desde então (nos últimos 10 anos). Agora, a PEC 241 reverterá por completo a recuperação da renda de milhões de famílias pobres – sobretudo nas periferias das grandes cidades e no meio rural – que dependem do Mínimo.

Por fim, ao contrário do que alegam os golpistas, a PEC gerará uma espiral de profunda recessão. A forte redução da presença do setor público na economia fará diminuir as encomendas (do governo) a empresas privadas.

## As recomendações do FMI

### PEC 241 é só o primeiro passo

A aprovação da PEC 241 é o primeiro passo exigido pelo capital financeiro e as instituições internacionais, para provar que com o golpe e a usurpação da presidência por Temer o país vai colocar o país totalmente joelhos às exigências do imperialismo, às custas do povo trabalhador e da nação. Mas não pára aí.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) emitiu um relatório da visita de seus “técnicos” ao Brasil na semana anterior às eleições municipais e à tramitação da PEC 241. Nele exige-se um aperto fiscal relevante, complementar ao do teto para despesas públicas (PEC-241).

As medidas em curso “estariam no caminho correto”. Mas é preciso mais. O Fundo “recomenda” que se imponha a mesma regra de congelamento de gastos aos Estados e municípios. Exige também que o governo

obtenha um superávit primário de 3,5% do PIB nos próximos 5 anos (um esforço enorme, já que o país tem hoje déficit de 2,7% do PIB) – para garantir o pagamento de juros da dívida pública.

Para isso, o relatório defende elevação de impostos, o fim do salário mínimo como indexador de benefícios previdenciários e outras despesas públicas; além de exigir o fim da própria regra de reajuste do Mínimo que, ao invés, deveria “melhor refletir a evolução da produtividade”.

Mais ainda o Fundo advoga a “abertura da economia”, com maior redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias e a revisão da política (da Petrobras) de (comprar de fornecedores com) conteúdo nacional e a busca de acordos comerciais fora do Mercosul. Ou seja, a destruição da indústria e do emprego industrial nacional.

# Lava Jato amplia a perseguição ao PT

Direitos democráticos atropelados e Moro justifica, “estamos em tempos excepcionais”

O Judiciário e o Ministério Público Federal prosseguem com as ações de perseguição ao PT e a Lula. No dia 10, a Procuradoria da República no DF denunciou Lula, o empresário Marcelo Odebrecht e mais nove pessoas por corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e tráfico de influência, entre outros crimes.

As denúncias são frágeis, mas pouco importa. Quando a Operação Lava Jato expõe os acusados, sem respeitar o princípio básico de que todos são inocentes até prova em contrário, basta juntar algumas peças e montar uma história de acordo com as convicções – e não provas – dos procuradores. A mídia se encarrega de divulgá-la, como se fosse algo fundamentado.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) já havia escancarado o estado de exceção, ao decidir, por 13 a 1, que as investigações da Lava Jato são “um caso inédito” e por isso “escaparão ao regramento genérico, destinado aos casos comuns” (leia em OT-795). O próprio juiz Sérgio Moro justificou suas ações dessa forma, ao dizer: “Claro que a pri-



são preventiva é excepcional, mas, infelizmente, estamos em tempos excepcionais” (UOL, 4/10). Essa excepcionalidade foi “decretada” pelo próprio Judiciário, instrumento do imperialismo na tentativa de abater o PT.

A repressão pura e simples também continua, como prova o episódio de invasão da sede do PT-BA pela Polícia Federal, no dia 4. Os policiais arrombaram portas e recolheram

documentos, sem um mandado de busca e apreensão definido.

## Pressão contra os acusados

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir a prisão após decisão em segunda instância – antes do esgotamento dos recursos – é mais uma peça da engrenagem de esmagamento dos direitos, e um elemento de pressão adicional contra os acusados da Lava Jato, como os

executivos das empreiteiras envolvidas. Não por acaso, Moro elogiou a medida.

A forma de pressão mais utilizada contra esses acusados continua a ser a delação premiada, desde que os delatores entreguem o que os seus algozes exigem. De acordo com a “Folha de S. Paulo” (10/10), os procuradores não ficaram satisfeitos com a confissão de Marcelo Odebrecht, chegando a dizer que ele “não estava contribuindo da maneira como esperavam”. Se mudar de atitude, poderá ter sua pena diminuída.

O mesmo jornal noticia que os procuradores negaram a proposta de delação premiada do ex-diretor da Odebrecht Alexandrino Alencar, porque ele não acusou Lula da maneira como a Lava Jato queria. “A defesa do ex-diretor se comprometeu a levar novos elementos sobre Lula para a negociação. Parte dos procuradores crê que, com o material, há chance de o cenário mudar” (FSP, 11/10). É preciso dizer mais sobre as intenções dos nobres procuradores e juiz?

Cláudio Soares

## Tentativa de suicídio foi sinal político

12 de Outubro de 2016, por Paulo Moreira Leite (ver íntegra no site Brasil 247)

Inspiração da Operação Lava Jato, como se deduz pela leitura de um artigo de 2004 redigido pelo juiz Sérgio Moro, a Mãos Limpas italiana, produziu 12 suicídios, entre milhares de presos denunciados por corrupção. No caso mais conhecido, o deputado socialista Sergio Moroni matou-se com um tiro na boca aos 45 anos, na casa onde residia com a mulher e a filha.

Preso em companhia de Antônio Palocci na Lava Jato, ambos acusados de corrupção e lavagem de dinheiro, o sociólogo Branislav Kontic tentou o suicídio no fim de semana retrasado, um dia depois que o juiz Sérgio Moro agravou sua condição carcerária. Moro transformou a prisão temporária – com prazo máximo de 5 dias renováveis por mais 5 – em prisão provisória, que pode prolongar-se indefinidamente, mesmo sem culpa formada.

Socorrido às pressas depois de ingerir uma dose cavalari de 40 comprimidos de um anti-depressivo tomado com receita médica, o cartão do plano de saúde lhe permitiu ser internado num hospital privado.

Embora tenha sido apresentado nos jornais como sócio da empresa de Antônio Palocci, Brani, como é conhecido desde os tempos de estu-

dante, era empregado com registro em carteira, salário mensal pouco superior a 17 000 reais brutos. (A quebra das contas bancárias revelou um saldo de R\$ 1500). Tanto a representação policial que motivou a prisão, como o despacho de Sérgio Moro, não economizam palavras para descrever a atuação de Brani junto a Palocci como um assessor ocupado em serviços típicos de um auxiliar próximo, mas subalterno. Não faltam e-mails e mesmo menções a seu nome. Ele recebe pedidos para marcar encontros, transmite recados, recebe e reenvia mensagens eletrônicas. Em nenhum momento, contudo, é descrito como um personagem que é ouvido nas tomadas de decisão e conversas de fundo. Não comparece a reuniões importantes nem pedem sua opinião a respeito de coisa alguma.

Os executivos da empreiteira, interessados em proteger e esconder aliados dentro de vários governos – fosse Lula, Dilma, mas também Serra e Alckmin, como se confirma pela representação da Polícia Federal – não acharam necessário esconder quem era Brani. A explicação lógica é que não representava risco nem ameaça. Se havia uma quadrilha em ação, uma organização criminosa,

como sustenta a Lava Jato, o uso de seu nome verdadeiro pelo patrocinador do esquema sugere que não recebia o tratamento de quem estava dentro dela.

Em 1975, quando eu e Brani nos tornamos amigos, nos corredores que ligavam os cursos de Ciências Sociais e Filosofia na USP, o sociólogo Emile Durkheim era um autor obrigatório nos cursos de Sociologia. Um dos pais do funcionalismo, Durkheim foi um pensador preocupado em impedir o desmoronamento das sociedades modernas.

Seu pesadelo ideológico era a Comuna de Paris, aquele processo revolucionário que colocou a capital francesa de pernas para o ar, sendo esmagado por tropas estrangeiras e uma elite subjugada. Numa obra clássica, O Suicídio, Durkheim se recusa a aceitar a noção de que a morte voluntária de uma pessoa é um fenômeno individual, que pode ser explicado exclusivamente por características pessoais ou psicológicas.

Em qualquer caso, a lição a ser apreendida é que o suicídio – e as tentativas que podem levar ou não a um desfecho trágico e irreparável – envolvem sempre uma atitude social, e contém uma mensagem que

não pode ser desprezada.

“Espero contribuir para uma reflexão mais justa,” escreveu o italiano Sergio Moroni, pouco antes de puxar o gatilho, denunciando “o longo véu de hipocrisia que tem acobertado por longos anos o modo de vida dos partidos e dos sistemas de financiamento de campanha”.

A luta contra a corrupção não pode ser uma ameaça à liberdade.

A investigação deve prosseguir, enquanto houverem indícios. O absurdo é manter uma pessoa presa, sem condenação, prática que, mesmo aceita em situações excepcionais, juristas respeitados denunciam como forma de tortura, produzindo dores emocionais e traumas profundos, como sabe toda pessoa com conhecimento de psicologia.

A prisão é um abuso, a negação de um princípio fundamental, que é a presunção da inocência, prevista pela Constituição.

Num país onde a liberdade é o valor fundamental, e sua supressão é uma expressão de anomia, os 40 comprimidos ingeridos por Brani tiveram a utilidade de mostrar um estado de desmanche do Estado Democrático de Direito.

# Questões sobre o plebiscito na Colômbia

## O acordo de paz entre FARC e governo rejeitado nas urnas

Apesar do apoio do mundo político oficial do país, exceto da ultradireita do ex-presidente Uribe, do apoio de Obama e outros governos imperialistas e todos os governos da América Latina, o acordo de paz feito em Havana (após 4 anos de negociações) entre o governo de Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), assinado com pompa diante de chefes de Estado de todo o mundo em Cartagena em 26 de setembro, não foi aprovado no plebiscito de 2 de outubro.

Surpresa geral, inclusive dos partidários do “Não”, que ganhou pela estreita margem de 53.894 votos. O povo colombiano não quer a paz? A ultradireita é majoritária no país?

São perguntas que ignoram o principal no plebiscito: 63% dos eleitores não foi às urnas, rejeitando tanto o

“Não” de Uribe (que teve 18% do eleitorado), como o “Sim” ao acordo de Havana.

O presidente Santos foi ministro da Defesa de Uribe, responsável pela guerra contra as FARC, e o sucedeu em 2010. Na presidência, ao mesmo tempo que aplicava um programa de ataque às condições de vida dos trabalhadores, buscou, com o patrocínio de Washington, uma solução negociada com uma guerrilha que existe há 52 anos.

### EUA busca “normalização” na região

As tratativas de paz se deram em Havana, enquanto Obama iniciava o processo de retomada de relações diplomáticas com Cuba. O objetivo era “normalizar” a situação da Colômbia, com a integração das FARC no sistema “democrático” do país.

As FARC, que nunca tiveram um programa de expropriação do capital,

passaram a depender cada vez mais do narcotráfico para financiar suas ações. Aliás, o narcotráfico penetra o Estado e a atividade empresarial na Colômbia, que modernizou sua agroindústria, por exemplo, graças à necessidade de se “lavar” bilhões originários dessa atividade ilegal.

Ao integrar as FARC ao “sistema democrático”, garantindo que tenha 10 parlamentares a partir de 2018, mesmo que não atinja o mínimo de 3% dos votos exigido aos demais partidos, o acordo de Havana (297 páginas!) não segue uma cartilha democrática, para dizer o mínimo. O apoio de empresários ao mesmo mal encobre seu interesse de eliminar um concorrente na disputa pelos recursos do narcotráfico.

Se entende que as três centrais sindicais colombianas tenham apoiado o “Sim”, pois os sindicalistas estão entre as maiores vítimas da guerra

civil no país. Mas, ao mesmo tempo, eles têm que combater a política de ataques aos salários e direitos de Santos, alinhado com Washington e seu “acordo do Pacífico” (livre comércio).

Como se vê, não é “o bem contra o mal”, é mais complicado. O povo é o que mais sofre com a guerra, ele quer a paz, mas não confia nem em Santos, nem em Uribe e nem nas FARC. Agora é a guerrilha do ELN que vai iniciar tratativas de paz em Quito (Equador) com o governo Santos.

Se a paz é necessária e a guerrilha deve ser integrada a um sistema democrático, outra pergunta que se coloca é por que não se dá a voz ao povo numa Assembleia Constituinte soberana na Colômbia? Esta sim é uma questão que mereceria uma resposta.

Lauro Fagundes

# Furacão deixa mais de mil mortos no Haiti

## Ocupação militar da ONU agrava danos, como no terremoto de 2010

O furacão Matthew de intensidade 4, numa escala que vai até 5, que atingiu sete departamentos do Haiti, especialmente Grand-Anse, Sul, Sudoeste e Oeste, deixou mil mortos, quase 200 mil desabrigados, e cerca de 1,4 milhão de pessoas necessitando de ajuda humanitária.

A destruição deixou as populações, já antes vivendo precariamente, sem absolutamente nada.

Após a passagem do furacão, multiplicaram-se as mortes devido a um novo surto de cólera –vibrião introduzido no país por tropas da ONU que só recentemente reconheceu sua responsabilidade pela epidemia e só depois do furacão, decidiu lançar uma campanha de vacinação.

Cinicamente, sem assumir a indenização das famílias de milhares de víti-

mas do cólera, a ONU pediu ajudas em dinheiro que ou são prometidas e não chegam ou, quando chegam, se perdem nas mãos de ONGs ou de estruturas institucionais corrompidas sustentadas pelo imperialismo.

O frágil governo do país decretou luto nacional de três dias, e situação de “urgência humanitária”. Também foram adiadas as eleições presidenciais que deveriam se realizar em 9 de outubro.

Sindicatos, associações populares, organizações políticas haitianas lançam seguidos apelos à solidariedade internacional. A CUT já está em contato com a Confederação dos Trabalhadores do Setor Público e Privado (CTSP) visando a organizar auxílios. De imediato, os companheiros haitianos pedem água, remédios, alimentos, produtos sanitá-

rios inclusive para tratamento de água.

Água potável é uma das principais carências. Os sistemas de tratamento, que já eram precários, foram total ou parcialmente danificados

Se um furacão é uma tragédia natural, não é inevitável que provoque tamanho desastre em perdas humanas e materiais. Basta comparar os efeitos do mesmo Matthew, dias depois, nos EUA, por onde passou com intensidade pouco atenuada em relação à que atingiu o Haiti.

O Haiti tem sido vítima de seguidas ocupações que alienaram a soberania nacional e bloquearam seu desenvolvimento, como a consolidação de instituições estatais capazes de assistir à população em situações como essa.

A Minustah, força da ONU comandada pelo Brasil, ocupa o país desde 2004,

a serviço dos interesses dos EUA, e sua retirada é exigida por uma persistente campanha internacional.

O pretexto da Minustah foi a desestabilização política do país que havia sido provocada pelos próprios EUA. O drama atual acentua o fracasso da Minustah como “força de ajuda humanitária”. Fato que não é ofuscado pelo envio para áreas atingidas de algumas centenas de soldados, notadamente brasileiros, com a “missão” de proteger comboios de ajuda “para evitar saques”. Prossegue, aproveitando-se da tragédia, a tentativa de tutelar o povo haitiano como se ele, e não as potências imperialistas, fosse o responsável pela desorganização e miséria que imperam no país.

Edison Cardoni



### CHILE: “NÃO ÀS AFPS!”

#### Assembleia sindical discute continuidade da luta

Duzentos dirigentes sindicais de setores da mineração, serviços públicos, saúde, bancários e portuários, reuniram em 28 de setembro em Santiago na assembleia nacional da coordenação “Não às AFPS!” (fundos de pensão privados criados na ditadura Pinochet).

Em discussão a continuidade das mobilizações e a nova marcha nacional de 16 de outubro, e um dia de greve nacional em 4 de novembro. Foi reconhecido o papel jogado pela coordenação nacional e o impacto das mobilizações ocorridas. Luís Mesina, secretário geral da Confederação dos bancários, foi confirmado como porta-voz da coordenação.

Em 30 de setembro, a presidente Bachelet anunciou o aumento de 10% nas aposentadorias mais baixas (cerca de 14 dólares) a partir de 1º de janeiro de 2017. Medida considerada insuficiente pelos trabalhadores e que não responde às suas reivindicações. Como diz Mesina, “essa batalha é a mãe de todas as batalhas”.

Javier Marquez, desde Santiago

# Em crise, PSOE demite secretário-geral

Impacto vai além do partido, numa situação de resistência dos trabalhadores e povos do Estado espanhol

Uma crise, expressa na demissão de Pedro Sánchez do posto de secretário-geral, se desenvolve no Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE). Seu impacto vai muito além do partido em si. A queda de Sánchez foi identificada à sua recusa em dar apoio ao Partido Popular (PP, de direita), de Mariano Rajoy, para que formasse um novo governo.

Na imprensa burguesa, criticou-se Sánchez por sua "ambição de poder", sua "loucura". Os analistas exigiam que ele sacrificasse o PSOE em nome da "governabilidade do país". Mas será que a "ambição" de Sánchez é o fator determinante da crise?

Dizer isso seria fechar os olhos para as centenas de posições expressas por militantes, organizações e seções do PSOE, ou ainda as centenas de pessoas que se reuniram espontaneamente, em frente à sede do partido, em Madrid, apoiando a recusa do acordo com o PP.

Para além das razões pessoais do ex-secretário-geral, sua posição contra um novo governo Rajoy foi o resultado da luta de classes, das posições defendidas no congresso da UGT e nas instâncias das CCOO, as duas centrais sindicais. Num curso de formação sindical da UGT das Astúrias, um militan-



Manifestação frente à sede do PSOE em Madrid: "Não é não", em apoio à recusa de Sanches de apoiar o PP

te foi aplaudido calorosamente quando defendeu o não a Rajoy e apoiou a posição de Sánchez. Com o mesmo conteúdo, circularam milhares de mensagens pela internet, assinadas por militantes e eleitores socialistas.

Contra essa posição, que reflete no interior do PSOE o resultado de quatro anos de resistência da classe contra as medidas antioperárias de Rajoy, se levantaram, na direção partidária, os chamados "barões e baronesas" do PSOE, muito ligados ao aparelho de Estado monárquico. Eles foram os responsáveis pela demissão de Sánchez.

Essa camada é representada por Susana Díaz, presidente da Anda-

luzia, e por outros presidentes de regiões autônomas, assim como pelo ex-primeiro-ministro Felipe González. São os mesmos que impediram que o PSOE defendesse o direito dos povos do Estado espanhol de decidir livremente o seu futuro.

## PP exige mais

Vários analistas avaliam que a crise do PSOE traz perigos para o futuro do regime monárquico estabelecido em 1978. No fundo, expressa-se a incompatibilidade entre a monarquia, herdeira da ditadura franquista, e as organizações que são o produto do combate da classe operária.

Susana Díaz e seus aliados infligiram uma derrota a Pedro Sánchez, o que deverá levar o PSOE a abster-se no Parlamento, permitindo assim a constituição de um novo governo Rajoy. O problema, para eles, é que o PP não se contenta com isso – exige do PSOE não apenas a abstenção, mas um "acordo de governabilidade" que lhe permita desenvolver seu plano de ação. Esse plano, fiel aos compromissos assumidos com a União Europeia, representará novos e brutais ataques contra os trabalhadores e suas conquistas sociais e democráticas, assim como mais medidas contra o povo catalão e todos os povos do Estado espanhol.

A eventual adoção de tal acordo certamente não contribuirá para diminuir as tensões no interior do PSOE, nem facilitará as relações entre PSOE e UGT (ou CCOO). Por isso, é prematuro concluir que a luta no interior do PSOE terminou. É mais necessário do que nunca levar o combate em defesa das reivindicações operárias e pela aliança entre os trabalhadores e os povos, tarefa para a qual estarão dispostos, sem dúvida, os melhores militantes socialistas.

Correspondente

## Corbyn é reeleito líder do Partido Trabalhista

É sinal da resistência dos trabalhadores e jovens da Grã-Bretanha

Embora mais de cem mil membros que aderiram ao Partido Trabalhista depois de dezembro de 2015 tenham sido excluídos da votação e que dezenas de milhares de outros tenham sido excluídos por simples carta, Jeremy Corbyn aumentou seu número de votos (passando de 251, mil votos em 2015 a 313 mil). O maior crescimento em participação e em apoio a Corbyn ocorreu entre os sindicalistas (cujos sindicatos são filiados ao partido): 28 mil sindicalistas a mais participaram da eleição, dos quais 19 mil votaram em Corbyn, que passou de 40 para 60% dos votos junto aos sindicalistas.

O congresso do Partido Trabalhista que se seguiu à reeleição de Corbyn (de 25 a 28 de setembro) parece, ao contrário, ter sido marcado pelas manobras a fim de impedir que a resistência da classe operária se exprima plenamente. Assim, o congresso votou, por larga maioria, uma mudança das regras de nomeação do comitê executivo nacional (a instância diri-

gente) a fim de colocar em minoria os partidários de Corbyn. O partido está hoje nas mãos de funcionários e de deputados, defensores da orientação blairista rejeitada pela base e os sindicatos. Para manter o partido integrado ao sistema parlamentar britânico, Corbyn tinha que fazer um acordo, o que ele fez.

De suas dez promessas de campanha, já bastante vagas, não resta grande coisa. Ele mantém que revogará a lei sobre os sindicatos de Cameron, mas nada foi dito sobre as leis de Thatcher. A promessa de reduzir as taxas de inscrição para a universidade, é substituída por uma ajuda financeira aos estudantes mais pobres.

### Pressões para bloquear a resistência

Corbyn, que desde sempre se opôs ao armamento nuclear, também aceitou manter a posição oficial do Partido Trabalhista que defende o programa de mísseis nucleares Trident, no quadro do dispositivo estratégico da OTAN.

Vários comitês locais adotaram moções pela renacionalização da Seguridade social e do sistema de saúde (NHS) largamente privatizado. As promessas de um melhor financiamento do NHS servem para esconder o problema central da privatização.

Igualmente, a propósito do ensino, uma semana após o congresso, Corbyn convocou uma manifestação para se opor ao projeto de lei do governo que visa reintroduzir um exame seletivo ao fim da escola primária (dando acesso às grammar schools). O sindicato dos professores (NUT), também fez campanha contra essa medida. No entanto, em maio último, o governo anterior fez adotar a lei sobre as academias que vai privatizar o conjunto do sistema primário e secundário rasga a convenção coletiva dos professores. Dezenas de milhares de professores se manifestaram e entraram em greve em 5 de julho passado.

Agora, a questão da seleção para entrada ao colégio está sendo utilizada como cortina de fumaça para enterrar

a mobilização contra a privatização.

Enormes pressões estão sendo feitas para bloquear a resistência dos trabalhadores. Assim, a direção do Sindicato dos Médicos e Residentes (BMA), cancelou os quinze dias de greve que os médicos residentes tinham indicado (ver OT 795). Esta decisão, tomada contra os representantes sindicais dos residentes é também consequência das ameaças de interdição, de parte de um governo decidido a utilizar até o fim todas as leis antissindicais de Thatcher e da ausência total de solidariedade ativa das direções sindicais da central sindical, a TUC.

Apesar dos obstáculos no interior de suas organizações políticas e sindicais, a resistência da classe operária britânica faz seu caminho face ao aparelho do Partido Trabalhista em crise e um governo aos pedaços e que pode perder a qualquer momento sua maioria no Parlamento.

Correspondente

# A atualidade da Revolução Russa

Este é o tema do calendário de 2017, da Campanha Financeira da Corrente O Trabalho

**Como já é tradição no movimento operário no Brasil, a cada ano, os militantes da Corrente O Trabalho, se dirigem aos trabalhadores e à juventude pedindo uma contribuição, através da venda do Calendário, para prosseguirmos o combate em defesa da independência política dos trabalhadores, o que pressupõe a independência financeira. Razão pela qual não aceitamos dinheiro de empresas, ONGs e do Estado burguês. É a razão pela qual pedimos sua contribuição!**

O Calendário de 2017, é dedicado à Revolução Russa, que ao completar 100 anos, segue como uma fonte de aprendizado e inspiração para o combate da classe trabalhadora por sua emancipação.

A Revolução Russa de 1917 foi o acontecimento mais importante do século XX. Com ela, a classe operária tomou o poder de Estado e implantou uma república democrática baseada nos conselhos de trabalhadores, camponeses e soldados (soviets) para gerir as riquezas da sociedade em benefício do povo trabalhador.

Sua atualidade é candente: as condições que levaram à Revolução de Outubro – guerra, miséria, exploração – não só se mantiveram, como se agravaram de forma aguda, colocando em risco a sobrevivência da humanidade. Para as futuras gerações, o capitalismo só tem a oferecer a miséria, o desemprego, as drogas. A alternativa “Socialismo ou Barbárie” continua colocada, e apenas a expropriação dos grandes meios de produção, tirando-os das mãos de um pequeno punhado de burgueses e colocando-os a serviço da ampla maioria do povo, é a medida capaz de salvar a humanidade.

Estas são lições dadas pelo Partido Bolchevique, há um século, cujo aprendizado continua na base das organizações que buscam defender a classe trabalhadora.

Rosa Luxemburgo, revolucionária alemã de origem polonesa, explicou: “Eles ficarão na história como os primeiros a terem ousado”.

Lênin entendeu como ninguém a necessidade de uma ferramenta profissional para a revolução, o partido como expressão da vanguarda consciente da classe trabalhadora.

Cada uma das medidas da Revolução Russa guarda toda a sua atualidade em nossa época. A ousadia de ir até o fim num programa comprometido com os interesses das massas. A ousadia de ser incondicional na independência de classe frente à burguesia e ao imperialismo. A disposição de buscar a

unidade da classe e das massas por seus interesses elementares como base para a ação comum. Entender que apenas a classe operária, liderando o campesinato e as classes oprimidas, pode ser a locomotiva das forças sociais necessárias para atender as mais simples reivindicações da maioria do povo: pão, paz, terra, liberdade, fim da opressão nacional, educação para a juventude... Depois dos heroicos dias da Comuna de Paris (1871), é Outubro de 1917 que marca a vitória da revolução socialista e o início da construção do primeiro Estado operário da história.

## Defesa da URSS e da Revolução Mundial

Quando os revolucionários tomaram o poder na Rússia, enxergavam sua ação como o primeiro elo da revolução internacional. O isolamento no qual se viu o Estado Soviético, e a pressão crescente do imperialismo, levaram à degeneração do partido e do estado. A ascensão de Stálin conduziu ao sufocamento da democracia interna no Partido Bolchevique, à repressão do Estado contra a livre organização da classe e à usurpação do poder por uma casta de burocratas. Leon Trotsky, organizador do Exército Vermelho, escreveu em 1938 no Programa de Transição, programa da 4ª Internacional, que: “A União Soviética sai da Revolução de Outubro como um Estado operário. A estatização dos meios de produção, condição necessária para o desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas.

Mas o aparelho de Estado soviético sofreu, nesse meio tempo, uma degenerescência completa, transformando-se de instrumento da classe operária em instrumento de violência burocrática contra a classe operária e, cada vez mais, em instrumento de sabotagem da economia. A burocratização de um Estado operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada todo-poderosa é a refutação mais convincente – não somente teórica, mas também prática – da teoria do socialismo num só país.”

A burocracia stalinista negava o marxismo, atacava qualquer crítica ou questionamento, traía a revolução, como uma doença que se propagava e minava as conquistas. Daí decorriam duas grandes tarefas: de um lado, a defesa incondicional da URSS e de cada uma das conquistas arrancadas pela classe operária e, ao mesmo tempo, a luta



| Fevereiro |     |     |     |     |     |     |
|-----------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom       | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|           |     |     | 1   | 2   | 3   | 4   |
| 5         | 6   | 7   | 8   | 9   | 10  | 11  |
| 12        | 13  | 14  | 15  | 16  | 17  | 18  |
| 19        | 20  | 21  | 22  | 23  | 24  | 25  |
| 26        | 27  | 28  |     |     |     |     |

| Março |     |     |     |     |     |     |
|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Dom   | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sab |
|       |     |     | 1   | 2   | 3   | 4   |
| 5     | 6   | 7   | 8   | 9   | 10  | 11  |
| 12    | 13  | 14  | 15  | 16  | 17  | 18  |
| 19    | 20  | 21  | 22  | 23  | 24  | 25  |
| 26    | 27  | 28  | 29  | 30  | 31  |     |

sistemática contra a burocracia, por uma Revolução Política que reestabelesse a democracia operária, parte da luta pela revolução socialista no restante do mundo, pelo que o stalinismo não apenas se recusou a lutar, como passou a ser um obstáculo.

Resgatar as lições de Outubro é antes de tudo prosseguir o combate do Partido Bolchevique.

Hoje, cem anos depois, o capitalismo segue condenando a classe trabalhadora e as amplas massas oprimidas à guerra, ao desterro, à emigração forçada, ao desemprego crônico, à destruição das conquistas sociais e trabalhistas, dos serviços públicos, e a todo tipo de

decomposição.

O impasse do capitalismo condena a humanidade à barbárie. Só resta a alternativa da luta pela defesa de cada conquista dos trabalhadores, de suas organizações e de seus direitos, como parte da luta pela conquista do poder político para classe trabalhadora e pelo fim da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do homem pelo homem.

Prosseguir esse combate, ombro a ombro com todos os trabalhadores conscientes, é a tarefa da 4ª Internacional, como partido mundial, ferramenta necessária para a revolução.

## Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br